



<http://dx.doi.org/10.12702/VIII.SimposFloresta.2014.42-549-1>

Distribuição espacial de serrarias legalizadas no Estado do Amapá, Brasil

Camila E. Severiano¹, Edmilson das M. Batista², Frederico D. Fleig¹, Douglas M. de S. Armando³, Harliany de B. Matias⁴, Maria D. dos S. Dutra⁵

¹Universidade Federal de Santa Maria (elizabeth.camila@gmail.com; dimasfleig@uol.com.br); ²Universidade Federal de Santa Catarina(edmilson.batista@mpa.incra.gov.br); ³Instituto Estadual de Florestas do Amapá(douglas.armando@ief.ap.gov.br); ⁴Universidade do Estado do Amapá (harlianymatias@gmail.com); ⁵Centro Universitário Franciscano (daniksd@hotmail.com)

Resumo: O objetivo deste trabalho foi avaliar a distribuição espacial de serrarias instaladas no Estado do Amapá. O trabalho foi desenvolvido através de um censo, envolvendo todas as serrarias legalizadas, realizado nos anos de 2012 e 2013. No levantamento, foram coletados dados sobre a localização geográfica das serrarias e as espécies mais comercializadas no mercado de exportação. Os resultados mostraram que as espécies mais comercializadas são: *Dipteryx odorata*, *Manilkara huberi*, *Goupia glabra*, *Ocotea sp.* e *Mezilaurus itauba*. Quanto a distribuição geográfica, constatou-se a existência de apenas treze serrarias legalizadas no Estado do Amapá, existindo uma concentração destas em áreas rurais (92,3%) de três municípios: Pedra Branca do Amapari, Porto Grande e Ferreira Gomes. Portanto, é necessário formular incentivos e estratégias políticas para que outras áreas sejam pólos de produção Madeireira, visto que a distribuição das serrarias no Estado ocorre de maneira agregada.

Palavras-chave: Amazônia Brasileira; Assentamentos; Pólos madeireiros.

1. Introdução

Estimativas indicam que cerca de 43 a 80% da produção madeireira oriunda da região amazônica é extraída de áreas desmatadas ou exploradas sem planos de manejo sustentável (ZENID, 2009). Estas fontes de informações sobre os recursos florestais são fundamentais não apenas para conservar e preservar, mas para a formulação de políticas e identificações de oportunidades que

permitam aos diversos agentes envolvidos a elaboração de um planejamento de médio e longo prazo para este Setor.

Neste contexto, conhecer a distribuição espacial das serrarias no âmbito estadual é uma informação imprescindível para a formulação de políticas públicas voltadas para o setor madeireiro. A presente pesquisa procurou conhecer a localização geográfica das madeireiras bem como, das espécies comercializadas nestes empreendimentos, pois ambas as informações proporcionam um rápido diagnóstico sobre o funcionamento desse setor dentro da economia amapaense.

2. Material e Métodos

O Estado do Amapá está inserido na região Norte do Brasil, ocupa uma área de 142.814,585 km². O clima predominante, segundo a classificação de Köppen, é equatorial super-úmido (Am), caracterizado por temperaturas médias anuais entre 25 e 27°C, com elevados índices de pluviosidade, média de 2.500mm ano⁻¹ (EQUIPE TÉCNICA DO ZEE-AP, 2008).

Foi realizado o censo das serrarias legalizadas no Estado do Amapá, agrupando-as em: ativas ou não ativas. O levantamento foi realizado entre os anos de 2011 a 2013. A localização geográfica das serrarias foi determinada com emprego de um GPS (Global Positioning System), modelo Garmim 76CSx e serviu para elaboração de um mapa com uso de software Arcview 3.3. Na pesquisa de campo, foram coletadas ainda informações sobre as espécies mais comercializadas no mercado de exportação.

3. Resultados e Discussão

No Estado do Amapá o número total de serrarias legalizadas corresponde a treze (Figura 1), sendo que a distribuição espacial está concentrada 92,3% em áreas rurais, e apenas 7,7% em área urbana. As áreas rurais são compostas pelos Municípios: Porto Grande (46,2%), Pedra Branca do Amapari (38,4%) e Ferreira Gomes (7,7%). Em área urbana a serraria está localizada no município de Macapá (7,7%), capital do Estado do Amapá. Durante a pesquisa constatou-se que três serrarias estavam inativas: Porto Grande (1) e Pedra Branca do Amapari (2). As causas da paralisação das atividades foram: a) apreensão e paralisação das atividades pelo IBAMA, b) reforma de equipamentos e c) falência.

Conforme se depreende na Figura 1, as serrarias estão dispostas ao longo da BR-210 (Perimetral Norte), entre o município de Porto Grande a Terra Indígena Waiãpi. Logo, a localização das serrarias, classificada como agrupada no Estado, está ligada aos fatores de logística e localização da matéria-prima.

O agrupamento das serrarias é justificado pelo histórico de ocupação dos assentamentos na área, além da tipologia florestal, pois o Amapá, apesar de ser coberto por florestas ombrófilas de valor madeireiro (75%) passa por processos de regularização fundiária. Neste contexto, Batista et. al. (2006) expõe que a disponibilidade de terras públicas federais encontram-se sobre domínio da União Federal (88%), sendo 42% de terras públicas destinadas à Unidades de Conservação, 8% à Terras Indígenas, 7% a Projetos de Assentamento da Reforma Agrária e somente 6% está sobre o domínio de particulares. Tal cenário restringe a disponibilidade de áreas de atuação para realizar planos de manejo florestal, pois boa parte da superfície estadual e conseqüentemente, de áreas florestais passíveis de exploração, encontram-se em fase de regularização fundiária.

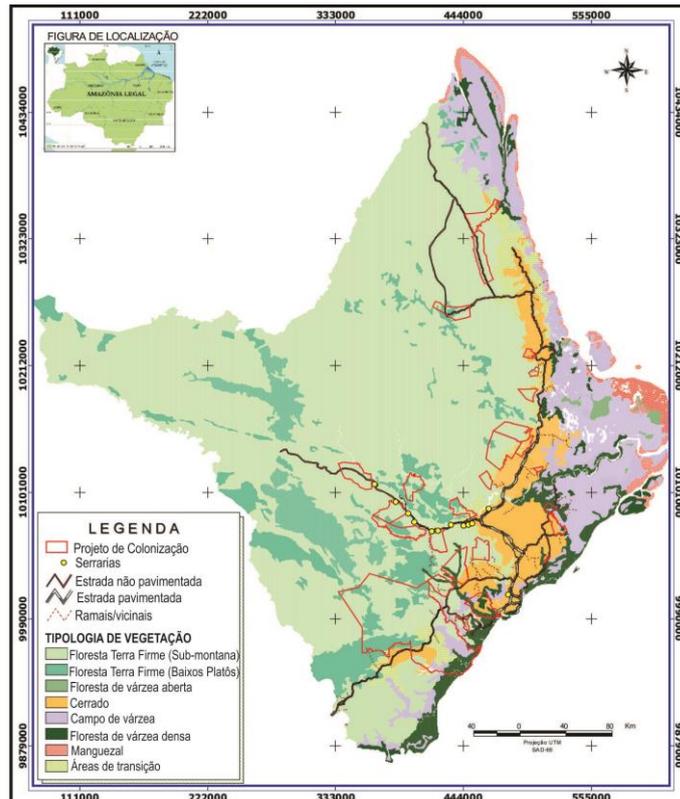


FIGURA 1 - Mapa da Distribuição espacial das Serrarias legalizadas no Estado do Amapá-Brasil.

Vale ressaltar, ainda, que ao Norte do Amapá existem outros municípios com assentamentos de florestas de terra firme, mas pela deficiência logística e distância do escoamento até o porto fluvial de Santana, acaba não sendo viável financeiramente a exploração madeireira. Neste contexto, ressalta-se a importância de projetos como: "Transgüianense e Hidrovia Marajó", pois quando forem concretizados facilitarão o escoamento de produtos florestais no Estado do Amapá.

A preferência da exploração de madeira em florestas de terra firme não se limite ao Estado do Amapá, pois conforme relatado por Veríssimo et. al. (1999), cerca de 93% da exploração e processamento de Madeira na Amazônia acontece em florestas de terra firme, principalmente, ao longo de um arco que vai do leste do Pará, passando pelo Norte de Mato Grosso, até Rondônia. De acordo com o Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Estado do Amapá, em 2011 foram licenciadas 46 Autorizações Prévias e 68 Planos de Manejo Florestal Sustentável, representando um volume autorizado de 100.879 m³ de madeira em tora. Em 2012, o IBGE publicou valores inferiores sobre a Extração Vegetal e Silvicultural do Amapá com um volume de Madeira em tora de 531 m³ e o valor da produção de R\$22.032,00. E dentro desse volume autorizado para corte de madeira no Amapá estão as espécies mais comercializadas: *Dipteryx odorata* (Cumaru), *Manilkara huberi* (Maçaranduba), *Goupia glabra* (Cupíuba), *Ocotea sp.*(Louro) e *Mezilaurus itauba* (Itauba).

4 Conclusão

As serrarias estão classificadas com distribuição agregada no Estado do Amapá devido aos fatores: tipologia Florestal e facilidade de logística, garantidos pela Perimetral Norte e o Porto fluvial (localizado no município de Santana). Portanto, é necessário formular incentivos e estratégias políticas para que outras áreas sejam pólos de produção Madeireira no Estado do Amapá.

5. Referências

BATISTA, E. M. et al. **Diagnóstico fundiário do estado do Amapá**. Macapá: INCRA/SR-21, 2006. 39 p. (Relatório Técnico Interno).

EQUIPE TÉCNICA DO ZEE-AP. **Macrodiagnóstico do estado do Amapá:** primeira aproximação do ZEE. 3.ed. Macapá: IEAP, 2008. 139p. Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

VERÍSSIMO, A. et al. **O setor madeireiro no Amapá:** Situação Atual e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável. 1.ed. Macapá: Imazon/Governo do Estado do Amapá, 1999. 44p. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/publicacoes/livros/o-setor-madeireiro-no-amapa-situacao-atual-e>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ZENID, G. J. **Madeira:** uso sustentável na construção civil. 2.ed. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas/SVMA, 2009. 99p.